

BRASIL: PARAÍSO PINTADO NA ESTÉTICA BARROCA DE ROCHA PITA

Andrey Pereira de Oliveira¹
Elri de Sousa Bandeira²

1. INTRODUÇÃO

Do novo mundo, tantos séculos escondidos e de tantos sábios caluniado, onde não chegaram Hanon com as suas navegações, Hércules líbico com as suas colunas, nem Hércules tebano com as suas empresas, é a melhor porção o Brasil; vastíssima região, felicíssimo terreno em cuja superfície tudo são frutos, em cujo centro tudo são tesouros, em cujas montanhas e costas tudo são aromas. Tributando os seus campos o mais útil alimento, as suas minas o mais fino ouro, os seus troncos o mais suave bálsamo, e os seus mares o âmbar mais selecto; admirável país, a todas as luzes rico, onde prodigamente profusa a natureza se desentranha nas férteis produções, que em opulência da monarquia e benefício do mundo apura a arte, brotando as suas canas espremido néctar, e dando as suas frutas sazoadas ambrosia, de que foram mentida sombra o licor e vianda que aos seus falsos deuses atribuiu a culta gentilidade. (PITA, 1976: p. 19)

Assim se inicia a *História da América Portuguesa desde o Ano de 1500 do Seu Descobrimento até 1724*, de Sebastião da Rocha Pita³, publicada em Lisboa em 1730. Aos olhos do leitor de hoje, acostumados à objetividade e ao comedimento da linguagem do discurso historiográfico acadêmico, o texto de Rocha Pita destaca-se pelo rebuscamento estilístico, a ponto de se fazer questionar a precisão de seu caráter referencial, ou então de se fazer ver tal “exuberância” formal como uma espécie de disfarce para as fraquezas informativas da obra. É para esta segunda perspectiva que apontam os seguintes comentários de José Honório Rodrigues (1979: 496-500):

¹ Doutor em Letras (Literatura Brasileira) pela UFPB. Professor Adjunto de Teoria Literária e Literaturas de Língua Portuguesa da UFCG.

² Doutor em Letras (Literatura Brasileira) pela UFPB. Professor Adjunto de Teoria Literária e Literaturas de Língua Portuguesa da UFCG.

³ Nascido e falecido na Bahia, em 1660 e 1738, Rocha Pita, até os dezesseis anos, frequentou o colégio dos jesuítas da Bahia. Bacharelou-se em Direito Canônico na Universidade de Coimbra. Após seu retorno ao Brasil, tornou-se coronel de um regimento de infantaria de ordenanças. Foi um dos fundadores e um dos sócios mais destacados da Academia Brasília dos Esquecidos (1724-25), espécie de grêmio de eruditos e literatos, em cujo auto de fundação lia-se que seus membros deveriam “tomar por matéria geral dos seus estudos a história brasileira”. Atendendo a tal dever e após pesquisas em arquivos de ordens religiosas da Bahia, Rio de Janeiro e São Vicente, Rocha Pita deu lume em 1730 a sua *História da América Portuguesa*, considerada por muitos historiadores como a primeira história geral do Brasil a ser publicada. (FERRI in PITA, 1976, p. 9; VERÍSSIMO, 1981: 94).

Quando trata dos frutos, da cana e do açúcar, a distância que o separa de Antonil que publicou em 1711 e ele em 1730 é imensurável e sua fraqueza é disfarçada pelos requintes do estilo.

A ufanía à Bahia é motivo para sublimar ainda mais seu estilo barroco.

Seu livro raramente ultrapassa, apesar do requinte da língua, os limites de um compêndio que junta o que pode para dar uma noção de tudo.

O *Tratado [Político]* apresenta os defeitos da *História da América Portuguesa*, o estilo rebuscado e artificial, a cortesia e bajulação, a exemplificação da história romana, e da mitologia, a falta de pensamento, o palavreado sem sentido, a aceitação de lendas, como a aparição de Cristo ao Rei D. Afonso e a defesa da guerra, como meio ‘sublime’ da política.

Não apenas ao leitor dos séculos XX-XXI a linguagem de Rocha Pita tem soado excessiva. As críticas aos “requintes” de seu estilo e a sua perspectiva hiperbólica são bastante antigas. Já à época de sua publicação, o censor Antonio Rodrigues da Costa, membro destacado do Conselho Ultramarino e do Conselho d’El-Rei, questionava-lhe, pelo excesso laudatório, a natureza historiográfica. Ao conceder-lhe a licença da Academia Real, assim se refere à *História da América Portuguesa*: “Me parece mais elogio ou panegírico que história” (apud RODRIGUES, 1979: 501).

Julgamento semelhante é exposto por Francisco Adolfo de Varnhagem:

A *História* de Rocha Pita, que ainda hoje se aprecia pelo seu colorido poético, bem que omissa em fatos essenciais, destituída de critério e alheia a intenções elevadas de formar ou melhorar o espírito nacional, fazendo avultar, sem faltar à verdade, os nobres exemplos dos antepassados, serviu de muito, por algumas de suas próprias exagerações para recomendar à metrópole o Brasil. O autor não recorreu sempre, é verdade, às mais puras fontes da história; era mais imaginativo que pensador, mais poeta e admirador do belo que crítico, vassalo da razão e escravo das provas autênticas; querendo ser o Livro da pátria, narrando os fatos do Brasil, tinha menos presente o seu passado que tudo quanto sucedera em Roma e Cartago (apud RODRIGUES, 1979: 501).

Capistrano de Abreu, por sua vez, já na virada do século XIX para o século XX, observa no texto de Rocha Pita “um estilo opulento, amplívago, antes brilhante que sólido, antes numeroso que variado, ligeiramente pedantesco, eivado ocasionalmente de antíteses e esmaltado de freqüentes alusões”. Depois, deslizando sua verve crítica da criatura ao criador, Abreu o reduz a “o oco e ruidoso autor da *História da América Portuguesa*” (apud RODRIGUES, 1979: 502).

Elemento sempre posto em relevo pelos comentadores, o exacerbamento estilístico da *História da América Portuguesa* parece filiar-se a três fatores: primeiramente, trata-se de uma obra escrita nos primórdios do século XVIII, portanto, num período em que, segundo José Veríssimo (1981: 96), “a história era apenas um tema literário e até retórico, sem disciplina científica ou rigoroso método de investigação e crítica”. Em consequência, sendo mais um fruto estético que científico, o “discurso histórico” de Rocha Pita não poderia deixar de refletir em sua materialidade lingüística os princípios estilísticos do Barroco, que ainda se fazia presente no Brasil àquela época. Por fim, também podemos relacionar o estilo hiperbólico e laudatório da obra de Rocha Pita a sua perspectiva ideológica, a sua intenção de traçar um painel paradisíaco da natureza brasileira e de dar uma feição épica aos fatos da colonização portuguesa, continuando a construção de uma “visão do paraíso”, de um “mito fundador”, iniciada já desde os primeiros momentos da literatura informativa do século XVI.

Partindo dessas observações é que nos propomos a desenvolver um estudo do “Livro Primeiro” da *História da América Portuguesa*, destacando-lhe, principalmente, as relações entre sua estética barroca e sua perspectiva ufanista, defendendo a tese de que seus ostensivos recursos estilísticos, mais do que um jogo gratuito de barroquismo lingüístico, consiste num eficaz instrumento ideológico.

2. O PARAÍSO TERREAL, MITO FUNDADOR

A *História da América Portuguesa* insere-se na tradição de idealização da natureza brasileira, que se inicia com cronistas do século XVI como Pero de Magalhães de Gândavo e Jean de Léry, tem continuidade com poetas nativistas como Manuel Botelho de Oliveira e Frei Manuel de Santa Maria Itaparica, e que culmina com o Romantismo de meados do século XIX.

Na literatura informativa dos seiscentos, a exemplo dos tratados, crônicas, cartas, diários de bordo, etc., vemos a idealização da natureza brasileira servindo de material de propaganda das terras “descobertas”, com a finalidade de estimular a vinda de colonizadores e assim garantir, com um melhor povoamento dessas terras, sua defesa contra os invasores estrangeiros. Nesta perspectiva, merece destaque Pero de Magalhães de Gândavo, em cujo

“Prólogo ao Leitor” da *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, lê-se:

A causa principal que me obrigou a lançar mão da presente história, e sair com ela à luz, foi por não haver até agora pessoa que a empreendesse, havendo já setenta e tantos anos que esta Província é descoberta. [...] Porém já que os estrangeiros a têm noutra estima, e sabem suas particularidades melhor e mais de raiz que nós (aos quais lançaram já os portugueses fora dela à força darmos por muitas vezes) parece coisa decente e necessária terem também os nossos naturais a mesma notícia, especialmente para que todos aqueles que nestes Reinos vivem em pobreza não duvidem escolhê-la para amparo: porque *a mesma terra é tal, e tão favorável aos que a vão buscar, que a todos agasalha e convida com remédio por pobres e desamparados que sejam* (GÂNDAMO, 1995: 47, grifos nossos).

Também a literatura que se configura no Brasil-colônia esboça esta “visão do paraíso”, com a celebração deslumbrada das belezas materiais da terra, através de descrições superlativas da natureza americana. É o caso de poemas como “À Ilha da Maré – Termo desta Cidade da Bahia”, integrante do livro *Música do Parnaso* (1705), de Botelho de Oliveira, e “Descrição da Cidade da Ilha de Itaparica”, publicada como apêndice de *Eustáquidos* (1769), de Frei Manuel de Santa Maria Itaparica. No primeiro deles, lemos:

Tenho explicado as frutas e legumes,
Que dão a Portugal muitos ciúmes;
Tenho recopilado
O que o Brasil contém para invejado,
E para preferir a toda a terra,
Em si perfeitos quatro AA encerra.
Tem o primeiro A, nos arvoredos
Sempre verdes aos olhos, sempre ledos;
Tem o segundo A, nos ares puros
Na tempérie agradáveis e seguros;
Tem o terceiro A, nas águas frias,
Que refrescam o peito, e são sadias;
O quarto A, no açúcar deleitoso,
Que é do Mundo o regalo mais mimoso.
(Apud MARQUES JUNIOR; POSSEDON, 2006: 72)

Vemos nessa passagem do poema de Botelho de Oliveira uma patente apologia do Brasil, que é descrito como um recanto paradisíaco e de natureza a tal ponto bonançosa que supera não apenas a Portugal, mas a toda terra. Buscando bem exprimir os encantos superlativos da natureza brasileira, o poeta lança mão do recurso lúdico dos “quatro AA” que, com seu acúmulo de

adjetivos, vem a representar seus arvoredos sempre verdes e ledos, seus ares puros, agradáveis e seguros, suas águas frias, refrescantes e sadias e seu açúcar deleitoso.

Já no século XIX, não é outra a perspectiva assumida pela poesia de Gonçalves Dias, de cuja “Canção do Exílio”, um dos poemas mais cantados do nosso Romantismo, originam-se os dois últimos versos da estrofe do Hino Nacional Brasileiro abaixo transcrita:

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
“Nossos bosques têm mais vida”,
“Nossa vida” no teu seio “mais amores”.

Tais exemplos vão desenhando uma imagem de Brasil como um paraíso, o que, evidentemente, não corresponde aos fatos, mas a um discurso ideológico que mais do que descrever uma realidade, constrói-se e se impõe, como bem nos informa Marilena Chauí (1996: 57):

A América não estava aqui à espera de Colombo, assim como o Brasil não estava aqui à espera de Cabral. Não são “descobertas” ou, como se dizia no século XVI, “achamentos”. São invenções históricas e construções culturais. Sem dúvida, uma terra ainda não vista nem visitada estava aqui. Mas *Brasil* (como também *América*) é uma criação dos conquistadores europeus. O *Brasil* foi instituído como colônia de Portugal e inventado como “terra abençoada por Deus” [...]. É esta construção que estamos designando como mito fundador.

Partindo de uma distinção entre formação e fundação, Chauí (1996: 9) estabelece o conceito de “mito fundador” como uma imagem com a qual se representa o Brasil e que foi sendo construída desde o “achamento” da “nova terra”. Sendo uma imagem pela qual a realidade é traduzida ideologicamente, dispensa os elementos constituintes da formação, pois esses se referem às determinações econômicas, sociais e políticas que definem a história. Segundo Chauí, o conceito de fundação diz respeito a um passado imaginário, fora da história, a uma imagem perene. É algo que se atualiza: não se reporta ao que o Brasil foi, mas àquilo que o Brasil “é”, a uma espécie de natureza imutável, um manto que recobre todas as contradições do Brasil do plano da história. Subjaz, portanto, no conceito de “mito fundador”, a noção de mito como uma narrativa imaginária que serve de solução para tensões, conflitos e contradições que não se resolvem ou não se resolveram no plano da realidade.

Sob nova roupagem, o “mito fundador” que vai se engendrando a partir da *Carta de Caminha*, da literatura de informação e de historiografias como a de Rocha Pita, atualiza-se em idealizações saudosistas como as da “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias, nas cores simbólicas da bandeira brasileira, em frases que definem o Brasil como um “gigante pela própria natureza”, e na confiança de que somos um “país abençoado por Deus”, o que se comprovaria com a ausência de catástrofes naturais como furacões, vulcões, ciclones, terremotos, etc.

Ainda de acordo com Chauí (1996: 58), os principais elementos constituintes do mito fundador do Brasil já se acham no período da conquista e colonização da terra. O primeiro deles coincide com o que Sérgio Buarque de Holanda (1994) denomina “visão do paraíso” e corresponde a uma espécie de “sagração da Natureza”. Os primeiros navegadores julgaram ter encontrado aqui o “Paraíso Terreal” de que fala a Bíblia, expressão essa que será retomada por Rocha Pita em sua *História da América Portuguesa*. O segundo elemento diz respeito à “sagração da história”. Os eventos históricos, levados a efeito pelos colonizadores cristãos, obedecem a um plano de Deus. A própria submissão do índio e do negro ao conquistador e colonizador naturaliza-se, obedece a esse plano. A “sagração do governante”, último dos três elementos, concebe a sociedade como constituída de um só rebanho e governada por um só pastor: é a monarquia absoluta por direito divino dos reis (1996: 79).

No Prefácio à segunda edição de *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque de Holanda (1994: IX-X) esclarece que a imagem paradisíaca do Brasil é uma transplantação e “concretização” na América de uma idéia já secular. Segundo o historiador, na visão de teólogos da Idade Média, o Paraíso Terreal não significava apenas uma abstração simbólica, um universo incorpóreo, perdido no começo dos tempos, e fisicamente inacessível; ao contrário, eles o tinham como uma realidade que, apesar de se encontrar num lugar de difícil acesso, poderia ser alcançado.

Na literatura medieval, a descrição de um Éden terreno passou a ser uma constante. Um dos primeiros exemplares desse tipo literário é o poema latino “Phoenix”, redigido entre o fim do século III e o início do século IV, e atribuído por muitos (segundo Buarque erroneamente) a Lactâncio. Um dos seus principais cultores foi Santo Isidoro de Sevilha. Nessa linhagem de textos, um dos *topoi* mais freqüentes é o da perene primavera.

Ainda segundo Buarque de Holanda, o mito arcaico do paraíso terrestre, desenvolvido a partir de origens religiosas ou míticas, foi atualizado em diversos contextos e assumiu diversas

variantes. Desde as primeiras narrativas de viagens às Américas, bem como nos primeiros tratados a seu respeito, temos a presença da tópica das visões do Paraíso.

Vê-se que a “visão de paraíso” esboçada por Buarque de Holanda corresponde ao primeiro elemento constituinte do “mito fundador”, conforme a definição de Marilena Chauí sumarizada acima.

3. A SAGRAÇÃO DA HISTÓRIA

Uma leitura mais atenta do “Livro Primeiro” da obra de Rocha Pita evidencia o fato de que o “mito fundador” não se reduz à pintura do quadro natural, à “visão do paraíso”. A “sagração da história”, segundo elemento constituinte da conceituação de Chauí, embora de menor destaque nessa parte da obra, aparece como uma espécie de moldura do quadro: cabe ao que é exterior (o elemento cristão) a bênção e correção do que é paradisíaco.

Conforme vimos, um dos recursos mais empregados na descrição hiperbólica da natureza brasileira é a comparação desta com a de outras regiões. A épica dos acontecimentos parece exigir grandeza e superioridade do cenário. Por isso, os rios são os mais caudalosos, o território o mais vasto, as montanhas as mais altas e as espécies animais, insuperáveis. Conforme palavras de Rocha Pita (1976: 32), “os irracionais vivos sensitivos, que se criam nestes campos, bosques e montanhas, são incomparáveis em grandeza, número e espécies”.

As comparações, não raro, desenhavam a natureza brasileira como superior à do mundo clássico. Tudo parece indicar que, de fato, a ação épica dos portugueses, com sua missão de salvar a gente nativa, justifica-se plenamente: um mundo superior por natureza precisa de se submeter a uma ordem superior, divina. Assim, os fatos da natureza, descritos pelo historiador, tornam-se mais impressionantes que os da própria mitologia clássica. A comparação não dá margens para dúvidas: “Deixem os poetas de pintar ao cavalo Pégaso com asas, os antigos de fabular que as éguas da Lusitânia concebem do Zéfiro, porque as do Brasil têm partos tão ligeiros, que correm parelhas com os ventos” (1976: 32). Não custa nada lembrar o tom imperativo usado por Camões na estrofe III do Canto Primeiro de *Os lusíadas*. O poeta, comparando as grandezas de Portugal com as do mundo clássico, fecha a oitava com o seguinte brado: “Cesse tudo o que a musa antiga canta / Que outro valor mais alto se alevanta” (1999, p.

21). Se os portugueses superaram os antigos e as éguas do Brasil superaram o Pégaso e as da Lusitânia, o Brasil não é apenas gigante por natureza, mas superior, precisando apenas da bênção cristã.

Aceitando narrativas da mitologia cristã como fatos históricos, Rocha Pita explica o estado de barbárie em que se acham os índios. Eles teriam, em passado remoto, recusado as doutrinas pregadas pelo apóstolo S. Tomé, cuja presença em terras brasileiras se comprova, segundo o historiador, por marcas de seu cajado e de seus pés em “lâminas de pedra” (1976: 36).

Ocorre que a conversão, não realizada ainda nos tempos de Cristo, é agora obra dos portugueses. E aqui, mais uma vez, a comparação é o recurso empregado por Rocha Pita. Após registrar que os gentios da América portuguesa não construíam templos, não tinham ídolos nem faziam sacrifícios e que só reconheciam ao Grão-Tupã, o historiador relata as dificuldades enfrentadas pelos portugueses, tornadas superiores, quando colocadas em paralelo com as dos espanhóis:

Por esta causa custaram aos Castelhanos menos fadigas as conquistas dos seus, que, como mais racionais, se lhes fizeram mais domésticos; porém os Portugueses em domar aos do Brasil, e fundar as povoações das nossas províncias, acharam tão cruel resistência e tão áspera porfia, que derramaram muito sangue e perderam muitas vidas, para os sujeitar, ou fazer retirar para o interior dos sertões, onde ainda vivem, como feras, inumeráveis nações, que repetidas vezes vieram sobre as nossas culturas e fábricas, causando estragos e mortes; e com esta diferença de conquistas se poderá julgar, qual delas tem saído mais cara, ou mais gloriosa (1976: 37-38).

O sonho português de criar no Brasil uma nação cristã insere-se numa tradição de fundação do próprio Império Lusitano. Seus precursores são apresentados por Rocha Pita como heróis épicos, sendo míticos Tubal, Luso e Lísias, e históricos Viriato, Sertório e D. Afonso Henriques⁴. A este último, teria aparecido Cristo na Batalha de Ourique contra os mouros, fato que, evidentemente, não é contestado por Rocha Pita. Conquistar o Brasil seria dar continuidade à ação épica de conquista religiosa desencadeada contra os mauritanos, os etíopes e os asiáticos.

⁴ Segundo a tradição, Tubal era filho de Noé e foi o patriarca da população portuguesa (CALMON, 1976: 42). Luso, era, conforme a lenda, filho ou companheiro de Baco e foi fundador da Lusitânia. Lísias, possivelmente Lisa, citado por Camões na estrofe XXI do Canto Terceiro de *Os Lusíadas*, igualmente filho ou companheiro de Baco e ancestral mítico dos lusitanos (RAMOS apud CAMÕES, 1999: 325). Viriato foi um “pastor dos Montes Hermínios, na Lusitânia, que durante 14 anos desafiou o poderio de Roma na península ibérica. (IDEM, p. 341). Sertório, militar romano dissidente, que em 80 a.C. lutou contra a ocupação dos romanos da Lusitânia (HARVEY, 1998: 460).

Se a armada de Cabral perde o rumo por força dos “porfiados ventos”, está de fato sendo conduzida pela “altíssima Providência”. Uma vez descoberta a terra e celebrada a primeira missa, aquela não poderia ter como primeiro nome outro senão Santa Cruz. Os índios, presentes à cerimônia, demonstraram “premissas de afeto”, o que parece profético, uma vez que, depois, conforme Rocha Pita, “abraçaram a nossa religião” (1976: 20).

O paraíso terreal, conquistado por aqueles que têm a missão de impor a fé cristã aos nativos, estaria predestinado a ser o reino da felicidade, o qual, para ser bem descrito, requer que o historiador lance mão de todos os recursos expressivos em voga.

4. A PINTURA BARROCA

Já no “Prólogo” de sua *História da América Portuguesa*, Rocha Pita antevê possíveis críticas ao caráter rebuscado e hiperbólico de seu discurso. Todavia, defende que seus “obséquios não fizeram divórcio com as verdades”, embora julgue que o seu texto peque não por excesso, mas por comedimento:

Se em alguns termos o estilo te parecer encarecido, ou em algumas matérias demasiado o ornato, reconhece que em mapa dilatado a variedade das figuras carece de viveza das cores e das valências do pincel; e que o meu ainda está humilde nas imagens que aqui pinto, assim por falta de engenho, como por não ter visto todos os originais, fazendo a maior parte das cópias por informações, das quais me não pode resultar o acerto de Apelis no retrato de Helena pelos versos de Homero [...]”. (apud. MARTINS, 1992: 308)⁵

Na intenção de pintar o quadro elogioso da América Portuguesa, Rocha Pita não economiza em suas tintas a utilização de recursos como hipérbatos, hipérboles, paralelismos e perífrases, como podemos perceber no parágrafo inicial da *História*, já transcrito acima:

Do novo mundo, tantos séculos escondidos e de tantos sábios caluniado, onde não chegaram Hanon com as suas navegações, Hércules líbico com as suas colunas, nem Hércules tebano com as suas empresas, é a melhor porção o Brasil; vastíssima região, felicíssimo terreno em cuja superfície tudo são frutos, em cujo centro tudo são tesouros, em cujas montanhas e costas tudo são aromas.

⁵ Citamos fragmento do “Prólogo” a partir do livro de Wilson Martins (1992), uma vez que a edição da *História da América Portuguesa* com a qual trabalhamos não traz tal parte.

Já na frase inicial do texto, o leitor de Rocha Pita é levado a uma ginástica cerebral para decodificar o acentuado hipérbato que, além de inverter a ordem dos elementos da oração principal, ainda insere entre eles um conjunto de orações subordinadas que, por sua vez, estão igualmente em ordem inversa. Reorganizada num estilo mais sóbrio e direto, a oração principal apresentaria esta forma: “O Brasil é a melhor porção do novo mundo”.

No exemplo abaixo, observa-se o procedimento acima verificado, conjugado, desta vez, a expressões perifrásticas:

Tinha já dado o sol cinco mil e quinhentas e cinqüenta e duas voltas ao zodíaco, pela mais apurada cronologia dos anos, quando no de mil e quinhentos de nossa redenção (oito depois que a Cristóvão Colombo levou a especulação a demandar as Índias) trouxe a tempestade a Pedro Álvares Cabral a descobrir o Brasil. (1976: 20)

A oração principal sofre duas inversões: uma interna, estando seu núcleo verbal “trouxe” antecipado ao sujeito “tempestade”; e outra externa, uma vez que toda ela localiza-se após as duas subordinadas de caráter temporal. Estas, por sua vez, não só perfazem hipérbatos, como também apresentam perífrases para se referir à data do descobrimento.

A ocorrência de hipérbatos e perífrases é bastante frequente em todo o “Livro Primeiro” da obra em análise. Tais recursos, repetidos à exaustão, estão em conformidade com a estética barroca, ainda vigente na Colônia e na Europa, vez que a obra em estudo é publicada antes da eclosão do Neoclassicismo e do Iluminismo, embora seu autor seja integrante de uma das academias que prenunciam o advento de tais novidades. Nunca é demais repetir que, por essa época, ainda não há rigorosa distinção entre linguagem científica (no caso, a da Historiografia) e linguagem literária, o que só vem a ocorrer, com mais precisão, no século XIX, sob a égide do positivismo e do marxismo. Assim, empregar o arsenal da estilística barroca é, no mínimo, escrever conforme o gosto da época e, quem sabe, conformar-se ao que se espera de um texto com pretensões a oficial.

Optar pela ordem inversa, usar de perífrases, tornar tudo mais extenso, mais elevado do ponto de vista retórico, tem como efeito a impressão de grandeza da matéria cantada. Tais recursos se combinam com as comparações, que mostram a terra descoberta e colonizada não apenas grandiosa, mas superior àquelas cantadas pelos poetas épicos. Essa linguagem, irregular e hiperbólica por natureza, típica do barroco, ao chamar a atenção para si própria, chama a atenção

para a referência. Ao tornar-se mais “colorida”, parece querer evocar o colorido, a variedade e a complexidade de elementos do “paraíso terreal” que ela procura descrever, tornando-se, conforme pretende o autor, mais representativa desse mundo vivo que é a Colônia que as imagens estáticas e sem cores dos mapas.

É oportuno atentar para o modo como se combinam paralelismo e comparação, notadamente no segundo parágrafo do Livro que estamos analisando. Tais estruturas repetem-se com notória frequência ao longo de todo o texto:

Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela a aurora; o sol em nenhum outro hemisfério tem os raios tão dourados, nem os reflexos noturnos tão brilhantes; as estrelas são as mais benignas, e se mostram sempre alegres; os horizontes, ou nasça o sol ou se sepulte, estão sempre claros; as águas, ou se tomem nas fontes pelos campos, ou dentro das povoações nos aquedutos, são as mais puras: é enfim o Brasil terreal paraíso descoberto, onde têm nascimento e curso os maiores rios; domina salutífero clima; influem benignos astros, e respiram auras suavíssimas, que o fazem fértil e povoado de inumeráveis habitantes, posto que por ficar debaixo da tórrida zona o desacreditassem e dessem por inabitável Aristóteles, Plínio e Cícero, e com gentios os padres da Igreja Santo Agostinho e Beda, que a terem experiência deste feliz orbe, seria famoso assunto das suas elevadas penas, aonde a minha receia voar, posto que o amor da Pátria me dê as asas, e a sua grandeza me dilate a esfera. (1976: 19)

Os paralelismos, construções simétricas que se caracterizam por repetir formas de extensão igual ou aproximada em posições relativamente fixas nos sintagmas (GARCIA, 1996: 34), parecem sugerir a presença harmônica e a supremacia inabalável do Brasil como “novo mundo” integrado ao velho, mas superior a este. Trata-se de estruturas que introduzem outras maiores, as comparações, que concentram a carga semântica mais importante. Daí a ocorrência de expressões como “em nenhuma outra região”, “em nenhum outro hemisfério”, que se articulam com a série de comparações cristalizadas em “o céu mais sereno”, “madruga mais bela a aurora”, “as estrelas são as mais benignas”, “as águas são as mais puras”, “os maiores rios”, e que também apresentam formas paralelísticas.

Para fixar de forma mais enfática uma imagem grandiosa do Brasil, o historiador lança mão de farta adjetivação, seja em forma superlativa sintética, seja em forma analítica. Assim, o relevo compõe uma “vastíssima região”, um “felicíssimo terreno” (1976: 19), tudo ocupando um “grandíssimo espaço” (1976: 20). Aqui, é a vez das hipérboles se conjugarem com as comparações para enaltecer as imagens do Brasil perante as do mundo clássico: “Finalmente das

elevadíssimas montanhas da nossa portuguesa América umas parecem ter aos ombros o céu, outras penetrá-lo com a cabeça. Não se jactem só África e Grécia dos seus dois sagrados montes, porque também (a menos ostentação de cultos) tem Atlantes e Olimpos o Brasil” (1976: 22). A hidrografia conta com o “imenso rio das Amazonas” e o “dilatadíssimo Rio da Prata”. São, enfim, “inumeráveis e caudalosos rios, que em copiosas e diáfanas correntes precipitam cristais nas suas ribeiras...” (1976: 21). As madeiras, por sua vez, “pela formosura, preço, grandeza e incorruptibilidade, são as melhores do mundo”: o jacarandá nada fica a dever ao ébano, sendo igual na “estimação e no luzimento” e superior por conta de “ondas pardas que a fazem mais vistoso”. Já o sassafrás destaca-se não apenas pelo “lustre e suave cheiro”, mas também pela “virtude de curar muitas enfermidades” (1976: 31-32). As ervas naturais “são inumeráveis, e tão ativa a virtude de algumas, que se alcaçaram (sic) a notícia e experiência delas Dioscórides e Plínio, seriam o maior emprego das suas penas e observações” (1976: 28). A exemplo do relevo, da hidrografia e da flora, também a fauna brasileira é uma deslumbrante prova de que aqui se localiza o paraíso terreal. A perífrase com a qual são referidos pelo historiador não deixa negar o quanto são distintos os nossos animais: “Os irracionais viventes sensitivos, que se criam nestes campos, bosques e montanhas, são incomparáveis em grandeza, número e espécies” (1976: 32). Eis mais um exemplo de como as palavras do autor se esmeram em exacerbar o colorido e a vivacidade dos elementos da terra. É assim que os pássaros são pintados por Rocha Pita:

As vivas tintas com que os coloriu e matizou a natureza são tão admiráveis, que os fazem parecer flores volantes nos jardins da esfera; os mais célebres são os tucanos pelas penas mimosas e gemadas, que como peles de ouro lhes cobrem os peitos, e os guarazes pela púrpura de que vestem os corpos (1976: 33).

Mas a terra não é boa apenas nos elementos autóctones. Está apta a produzir mais e melhor tudo o que vier de outras partes do mundo, “outras árvores, flores e frutas estrangeiras, que com o tempo lhes introduziram, recebendo-as a terra para as produzir tão copiosamente, que bem mostra que só onde não é cultivada, deixa de ser profusa” (1976: 25). É o caso da canela que, segundo Pita, viera da Ásia à colônia portuguesa: “há já no Brasil tão grande número, que abunda desta especiaria, a qual supre dignamente à de Ceilão por todos estes países, e se envia muita a Portugal” (1976: 30).

Como se vê, a escrita de Rocha Pita alude a amplas dimensões como céu, sol, terra e tempo, que formam uma totalidade que seria o Brasil. Ora, não há como não lembrarmos que os

gregos antigos se referem a essas instâncias da natureza como a deuses, quais sejam, Urano, Hélio, Gaia e Cronos. Se as comparações valorativas do Brasil não nomeiam tais deuses, Rocha Pita recorre a outras em que, como vimos, opõe, explicitamente, as grandezas do mundo clássico às do “novo mundo”. O autor não necessita tomar cada elemento da natureza brasileira por um deus individualizado, pois, na sua concepção cristã, o paraíso é um só e se submete aos desígnios de um único deus. A totalidade ou perfeição do mundo pintado pelo historiador conta com a colaboração dos quatro elementos: águas (“as mais puras”), ar (“aureas suavíssimas”), fogo (sol e raios) e terra, todos eles exuberantes e igualmente importantes na constituição do “feliz orbe”, o “terreal paraíso descoberto”, capaz de surpreender a Aristóteles, Plínio e Cícero, figuras máximas do pensamento, da política e da oratória do mundo clássico.

5. ÚLTIMAS PALAVRAS

Concluindo nossa leitura do texto de Sebastião da Rocha Pita, não poderíamos deixar de comentar o seu título: *História da América Portuguesa desde o Ano de 1500 do Seu Descobrimento até 1724*. Nele se encontram condensadas as diretrizes básicas da obra: nas datas que compõem o título, vemos o desejo do autor de se mostrar preciso, esclarecendo objetivamente o intervalo de tempo por ele historiado. Esta objetividade, todavia, é desmentida pelo estrato estilístico, marcado pelo traço de exuberância, não apenas por conta da grande extensão de todo o enunciado, como também da perífrase “América Portuguesa” em lugar de “Brasil”. E é justamente nesta perífrase que percebemos o núcleo ideológico de que parte Rocha Pita: seu intento não é narrar a história do Brasil, mas sim fazer tecer um quadro elogioso da fração portuguesa localizada na América, o que deixa evidente sua perspectiva colonialista. Desse modo, no título, como de resto em toda a *História*, a opulência estilística de cores barrocas funciona como um instrumento para a veiculação de um discurso mitificador que, ao tempo em que faz da colônia um paraíso terreal, faz do colonizador uma figura divina.

É justamente sobre o poder mitificador da linguagem de Rocha Pita que Pedro Calmon (1976: 14) testemunha:

Certo, [a *História da América Portuguesa*] é responsável por vários erros que se repetem até agora, reproduzidos nos clichês do ensino primário, lendas,

suposições, mentiras, que a história séria – isto é, a boa documentação – de muito destruiu e pulverizou. Alguns feriram a sensibilidade de outros poetas, medalharam no civismo popular numerosos perfis simbólicos, recortaram a sua figura absurda no romance, no poema, no panfleto, e *ainda resistem à forte verdade – que não tem a sua beleza e a sua poesia*. (grifos nossos).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CALMON, Pedro. “Introdução”. In: PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- CAMÕES, Luís de. *Os lusíadas*. 11 ed. São Paulo: Cultrix, 1999.
- CANDIDO, Antonio. “Letras e idéias no Brasil colonial”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org). *História geral da civilização brasileira: A época colonial*. Rio de Janeiro: DIFEL; São Paulo: Difusão Editorial, 1977. v. 2.
- CANDIDO, Antonio. “Literatura de dois gumes”. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma introdução à História*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira: Manifestações literárias da Era Colonial*. São Paulo: Cultrix, 1967.
- CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira: origens e unidades (1500-1960)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. v. 1.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- DIAS, Gonçalves. *Poesia e prosa completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 17 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina*. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1998.

MARQUES JUNIOR, Milton; POSSEDON, Fabrício. *Dois textos fundadores do nativismo brasileiro: À Ilha De Maré* (Manuel Botelho de Oliveira) e *A Ilha De Itaparica* (Frei Manuel de Santa Maria Itaparica). João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 2006.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. 4 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, 1992. (Vol. I)

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Apresentação de Mário Guimarães Ferri, introdução e notas de Pedro Calmon. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*: de Bento Teixeira, 1601, a Machado de Assis, 1908. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.